ENSAIO

NOSSA ATITUDE AGOSTINIANA SOBRE TEORIA DA HISTÓRIA

JOÃO OHARA
Universidade de São Paulo
São Paulo | São Paulo | Brasil
ohara@usp.br
orcid.org/0000-0001-8946-4714

Pela leitura atenciosa de diferentes versões do manuscrito e/ou pelas conversas que tivemos sobre o tema, agradeço muito a Alexandre Avelar, Arthur Assis, Arthur Lima de Avila, Fernando Nicolazzi, Flávia Varella, Igor Guedes Ramos, Karina Anhezini, Marcus Telles, Miguel Soares Palmeira e Tiago Viotto. Uma versão inicial do texto foi apresentada sob a forma de conferência na UFG e na UnB em 2024, e foi sendo revista desde então, com ajuda dos comentários e objeções de colegas e amigos. Agradeço ainda ao departamento de História da UFG, nas figuras de Breno Mendes e Marlon Salomon, e ao Programa de Pós-Graduação em História da UnB, na figura de Arthur Assis, pelos convites em 2024.

Existe entre nós uma percepção de que a "área de teoria" é, hoje, uma área consolidada no Brasil. Todos os nossos cursos de graduação contam com as "disciplinas teóricas" e, pelo menos nos departamentos maiores, essas disciplinas são lecionadas por colegas "da área". Temos revistas e eventos especializados. Nossa produção é relativamente prestigiosa e internacionalizada. Temos até uma rubrica própria nas agências de fomento. Argumentarei aqui, no entanto, que essa percepção sofre de um problema fundamental. Passamos por um rápido processo de expansão semântica da expressão "teoria da história", em que a rubrica passou a agregar um grande número de comunidades e temas que nem sempre se relacionam entre si, e, agora, encontramo-nos em uma situação que favorece uma atitude que designo como "agostiniana" em relação à teoria da história: assim como o tempo nas Confissões, também temos dificuldade em dizer o que é a teoria da história. "Se ninguém me pergunta, eu sei; mas se me perguntam, aí já não sei."

Essa dificuldade não seria um problema se nossas intuições fossem amplamente compartilhadas e, com isso, houvesse algum consenso sobre questões de ordem prática que são importantes na nossa profissão, como os conteúdos dos programas dos cursos que ministramos e dos concursos de contratação para as vagas específicas. Infelizmente, esse não é o caso: se observarmos as listas de pontos dos concursos mais recentes para vagas em "teoria da história", encontraremos uma dispersão enorme de temas na qual parece muito difícil de encontrar alguma coesão; algo semelhante se aplica aos programas de curso das tais "disciplinas teóricas", que parecem cada vez mais dispersas em uma miríade de questões desconexas. Tudo isso faz com que tal atitude agostiniana se torne problemática. Como as nossas intuições não se alinham na prática, sequer podemos apelar à semelhança de família, como Wittgenstein fez com os "jogos". Assim, ausente tal alinhamento, é impossível dizer qualquer coisa sobre o estado atual da área, porque não temos sequer como delimitar seu escopo – seu objeto, suas questões e seus procedimentos.

Neste texto, tento entender melhor as dificuldades que enfrentamos para definir a expressão "teoria da história" e o processo de expansão semântica que tem esgarçado até mesmo as vagas definições intuitivas de que dispomos, apontando, a seguir, para os problemas e riscos que tal situação traz. Com isso, espero convencer o/a leitor/a de que essa "atitude agostiniana" é um problema, mais do que convencê-lo/a dessa ou daquela concepção específica de "teoria da história". Isso porque, embora a disputa simbólica pela definição e agenda das disciplinas e áreas faça parte do funcionamento normal dessas formas de organização social do trabalho intelectual, o grau de nebulosidade em torno da "teoria da história" que vemos hoje é um obstáculo inclusive a essa disputa – justamente na medida em que ela depende de algum entendimento mínimo compartilhado, que nós não temos. Assim, antes de sugerir respostas, meu objetivo é o de *reconhecer* um problema – o primeiro passo para que possamos solucioná-lo.

Um Problema Semântico

A delimitação do escopo da teoria da história enquanto uma área ou subdisciplina é inseparável do significado que atribuímos à expressão que nomeia a área. Ambos se retroalimentam: quando nos perguntamos, por exemplo, sobre os conteúdos das disciplinas de "teoria da história", recorremos ao significado da expressão para fazermos um juízo classificatório a respeito da presença de tal ou qual conteúdo no programa. Inversamente, a transformação das agendas de pesquisa tem impacto direto sobre o significado que atribuímos à expressão que dá nome à área. Assim, poderíamos começar nossa exploração pelo significado da expressão "teoria da história". Essa é, no entanto, uma tarefa ingrata. E isso, pelo menos em parte, porque mesmo os termos básicos que a compõem – "teoria", "história" e até a preposição "da" – são problemáticos. Temos aí um primeiro elemento: a falta de clareza semântica. Ausente tal compreensão, ficamos desprovidos do que poderia ser pelo menos um ponto mínimo de referência para a definição de um significado e, por consequência, do escopo da área.

A palavra "teoria" costuma se referir a um conjunto mais ou menos sistemático de conceitos e princípios que orientam certas práticas ou explicam certos fenômenos. Algumas dessas teorias são formalizáveis em equações, outras não; algumas possibilitam previsões, outras não; algumas têm um amplo escopo de aplicação, outras não... (cf. Abbagnano 2007, 952-953). Mesmo em contextos especializados, como na filosofia da ciência, em que a palavra "teoria" adquire um sentido mais restrito, alguma vagueza permanece (cf. Halvorson 2014). Num estudo sobre o uso da palavra "teoria" na sociologia, Gabriel Abend (2008) identificou nada menos que sete sentidos distintos. Também na sociologia, Monika Krause (2016) distinguiu cinco modos de "teorizar" [*theorizing*]. Os sentidos ficam ainda mais nebulosos nos estudos literários – como nos atesta o comentário de Jonathan Culler, para quem

> teoria, nesse sentido, não é um conjunto de métodos para o estudo literário, mas um grupo irrestrito de escritos a respeito de tudo [que existe] sob o sol, dos problemas mais técnicos da filosofia acadêmica às maneiras mutantes pelas quais as pessoas falaram sobre ou pensaram sobre o corpo (Culler 1997, 3-4; cf. Eagleton 2008).

No caso da teoria da história, identifiquei há algum tempo algumas das afinidades eletivas que estão ligadas a diferenças na compreensão da palavra "teoria", apontando pelo menos três sentidos distintos – "teoria-metodologia, teoria-filosofia e teoria-teoria social" (Ohara 2020, 42), cada qual podendo ainda conter distinções subordinadas.

A preposição "da" e o substantivo "história" também levantam problemas – a teoria da história lida com teorias *sobre* a história ou com teorias *instrumentais no contexto do estudo* da história? Se são teorias *sobre* a história, o escopo dos seus objetos e as relações de colaboração interdisciplinar tomam direções distintas a depender do sentido de "história" em questão – e a polissemia da palavra "história" é uma questão pela qual todos os nossos alunos de 1º semestre passam. Inicialmente, ela pode designar tanto aquilo que se passou (*res gestae*) quanto o estudo daquilo que se passou (*historia rerum gestarum*). É fácil, no entanto, distinguir ainda sentidos em que, por exemplo, o termo pode se referir à disciplina enquanto organização social ou um conjunto de práticas ou ao conteúdo transmitido através dos produtos dessa disciplina. Teorias sobre o

desenrolar da história, sobre o "processo histórico", envolvem discussões metafísicas a respeito do caráter temporal de eventos, processos e entidades, ou de padrões que possa haver nesse processo, das suas causas primeiras etc. Teorias sobre o nosso conhecimento do passado, ou dos eventos, processos ou entidades que o compõem, nos direcionam à epistemologia, à filosofia da ciência, aos estudos sociais da ciência e tecnologia (SSS, STS), enquanto teorias sobre a organização social da disciplina nos direcionam à sociologia e à história da ciência e da historiografia. Se se trata de teorias instrumentais no contexto da pesquisa, as direções são tão variadas quanto as origens dos conceitos que delimitam nossos objetos de pesquisa – representações sociais, experiência de classe, modos de produção, cultura... O nosso problema vai ficando mais evidente conforme nos damos conta de todas as permutações possíveis (cf. Simon 2019).

Uma investigação histórica sobre a expressão poderia ser útil nesse momento. Isso é, poderíamos considerar que a história da expressão, dos seus usos e dos projetos intelectuais desenvolvidos sob tal denominação nos ajudaria a resolver nossos problemas. A tese que anima essa intuição é a de que o significado da expressão "teoria da história" – ou o próprio escopo da área – não é muito mais do que aquilo que se fez com esse nome no passado. Nesse caso, veríamos que "teoria da história" aparece, em meados do século XX, como um curso na graduação em história cujo propósito principal seria o de oferecer aos alunos um exame dos fundamentos epistemológicos da historiografia ao lado de uma introdução mais metodológica nos cursos de "Introdução aos Estudos Históricos" e "Metodologia da História" – uma ideia que enfrentava resistências já naquele no período (ver Clara 2022)[1]. Esse caminho metodológico enfrenta alguns problemas próprios. Em primeiro lugar, não é óbvio que o significado original da expressão e, por consequência, o escopo original da área sejam de alguma forma privilegiados na definição do significado e do escopo atuais. Isso é, sem um complemento normativo específico, o fato de que a área *tenha surgido* dessa ou daquela maneira não precisa ter qualquer força que justifique que a área *deva ser* desse ou daquele jeito. A análise histórica pode nos esclarecer o percurso pelo qual chegamos até aqui, mas, sozinha, não parece capaz de nos dizer o que devemos fazer ou para onde devemos ir. Mas não é só isso. Um segundo problema é o de que o caminho da análise histórica suscita questões a respeito de uma circularidade viciosa na justificativa do seu recorte – isso é, precisaríamos pressupor certa definição de "teoria da história" para sermos capazes de reconhecer tal objeto no passado, certo grau de estabilidade no significado da expressão que nos permitisse fazer o nexo entre as palavras, os conceitos e os objetos. Isso não significa que a análise histórica do problema não seja importante, mas apenas que ela não resolve o nosso problema.

[1] Sobre essa concepção de "teoria da história" e a resistência ao seu caráter "filosófico", ver, por ex., Constantino (1962) e o contraponto de Bruand (1963).

Algumas Respostas Concretas...

Um misto de cada uma dessas alternativas (análises semântica ou histórica) aparece sempre que alguém se vê compelido a dizer o que é teoria da história. É comum que, após uma definição abrangente, mais ou menos vaga, sejam elencados certos temas e autores que comporiam o repertório e a história da teoria da história. Em um pequeno manual de divulgação, Pedro Paulo Funari e Glaydson José da Silva a caracterizam como a área que lida com os "fundamentos epistemológicos da disciplina", ainda que essa "epistemologia" não seja exatamente aquela dos filósofos (Funari & Silva 2008, 9). Os capítulos posteriores exploram algo como a história da concepção de história ou historiografia, dos gregos aos "pós-modernos". Em um volume coletivo, Francine Iegelski e Renata Schittino afirmam que "a teoria da história [...] abarca tanto a reflexão historiográfica quanto a reflexão de sentido do histórico", e que "a noção de teoria da história está intimamente relacionada à delimitação, pelos próprios historiadores, das fronteiras e definições de sua ciência" (Iegelski & Schittino 2023, 5-6). Os autores por elas reunidos exploram, a seguir, um amplo leque de questões que incluem ética, ficção, história intelectual e história do tempo presente. Em outro volume coletivo, publicado nos idos de 1976, Maria Beatriz Nizza da Silva não chega a definir a expressão que dá nome ao livro, "Teoria da História", mas fala repetidamente dos "problemas teóricos" que emergem quando "todo historiador, mais cedo ou mais tarde, se interroga sobre a sua prática" (Silva 1976, 8). Os capítulos por ela reunidos e traduzidos incluem uma mistura de textos de filosofia da ciência, de reflexão metodológica sobre os "objetos" da história e outros sobre as funções de conceitos e teorias em história. Podemos lembrar ainda da definição oferecida por Estevão Martins, para quem "a teoria da história [...] estipula as condições de produção de conhecimento histórico verossímil e as condições de inserção desse conhecimento em um arcabouço científico plausível e convincente" (Martins 2009, 7).

Recorrer à produção estrangeira é uma opção problemática porque, embora a área pareça existir, em alguma forma, na América Latina (México, Argentina, Chile...), nos Países Baixos, na Bélgica e na China, ela não existe em muitos outros lugares... O caso alemão é peculiar e discutível. Mas na Inglaterra, na América do Norte e na França, para considerar alguns dos centros mais prestigiosos no cenário internacional da disciplina, não há cátedras de teoria da história – no máximo, disciplinas de "historiografia", para as quais raramente o ministrante é um especialista. Em todo caso, nossos colegas de outros países também enfrentam problemas semelhantes. Fernando Betancourt Martínez define a teoria da história como "uma abordagem epistemológica sobre a história [que] consiste agora em descrever reflexivamente os níveis que conformam a sua base disciplinar e suas complexas interações sistemáticas" (Betancourt Martínez 2011, 17). Para Chiel van den Akker, a teoria da história "lida com a natureza do pensamento histórico, a metafísica da existência histórica, a política da escrita da história e a inteligibilidade do processo histórico" (van den Akker 2022, xiv). Por sua vez, Chris Lorenz cita Aviezer Tucker para afirmar que "teoria da história consiste no 'exame filosófico de todos os aspectos das nossas descrições, crenças e conhecimento do passado' e é tanto descritiva quanto normativa" (Lorenz 2011, 14). Os exemplos se multiplicam, e vai ficando claro que os significados atribuídos à expressão "teoria da história" variam em escopo e nível de vagueza.

A situação se complica ainda mais porque, além de não sabermos bem o que significa "teoria da história", também não sabemos dizer se há alguma diferença entre "teoria" e "filosofia da história" – uma expressão que sofre de problemas análogos. Tanto pior que, no caso da nossa rubrica nas agências de fomento, a expressão eleita tenha sido justamente "Teoria *e* Filosofia da História". Para Jouni-Matti Kuukkanen (2018, 79), embora "não esteja totalmente claro o que é 'teoria da história', assim como não é óbvio o que 'filosofia da história e da historiografia' são", pode-se perceber diferenças importantes de interesse e referências entre ambas – a "teoria", mais ligada à assim chamada "filosofia continental"; a "filosofia", mais ligada à tradição "analítica" (ver Kuukkanen 2018, 76-80). Essa leitura tem diversas limitações quando transposta para a situação brasileira, em que a filosofia analítica não detém a mesma hegemonia que no contexto anglófono, mas aquilo que se faz em "teoria da história" por aqui (há mais tempo, talvez, do que "lá fora") de fato parece se aproximar muito mais do *boom* da "theory of history" do que da "philosophy of history and of historiography" na produção em língua inglesa. Portanto, podemos ter boas razões para suspeitar que uma distinção semelhante seja viável para o nosso caso. No entanto, é pelo menos sugestivo de um estado de confusão que emprestemos as definições de "filosofia da história" oferecidas pelos filósofos para definir também a "teoria da história" – como fez Lorenz com a definição de Tucker –, mas agrupemos sob elas temas, abordagens e objetos que estariam, por definição, excluídas – ou que exigem já de partida um afrouxamento dessas definições.

A Defasagem das Rubricas

Além do problema semântico, há ainda um outro elemento que pesa, ou parece pesar, na situação: a defasagem de rubricas administrativas da disciplina. Nos departamentos e nas agências de fomento, a divisão da disciplina de História em áreas é feita majoritariamente através de cortes geográficos e cronológicos tradicionais (aqui, sem qualquer carga pejorativa ao termo): Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea; Brasil Colônia, Império e República; América Colonial e Independente; Ásia e África, quando aparecem, não costumam ser divididas cronologicamente. *Prima facie*, essa divisão teria entre suas vantagens um certo agnosticismo teórico-metodológico, em que diferentes maneiras de se pesquisar e escrever a história pudessem se encaixar mediante suas especializações de espaço e tempo. Ao lado dessas rubricas, encontramos a "Teoria e Filosofia da História", sugerindo que a área teria um escopo próprio e distinto das outras – ou, pelo menos, distinto o suficiente para que a rubrica separada exista –, ainda que a especificação dessa diferença possa ser misteriosa. Nesse mesmo nível, é notável que as "histórias especiais" – como a história da arte, do direito, da filosofia... –, em geral, acabem deslocadas para outras repartições disciplinares, com exceções pontuais para a história da ciência em algumas universidades.

No entanto, apesar do aparente agnosticismo teórico-metodológico dessa configuração, encontramo-nos em uma situação em que diversas agendas de pesquisa, por diversos motivos, não se adequam muito bem às divisões existentes. Um primeiro caso é o do ensino de história, que acaba sendo objeto de um jogo de "batata quente" (ou, inversamente, de um "cabo de guerra") entre a História e a Educação – mas há outros. Os debates sobre história pública e usos do passado (poderíamos acrescentar ainda a memória social), por exemplo, se relacionam com várias das rubricas tradicionais sem que se encaixem bem em nenhuma delas; poderíamos avaliar de maneira parecida vários dos debates em torno do "digital". Certas formas de história intelectual ou cultural também encontram dificuldades de se adequar aos limites existentes, particularmente em casos em que lidem com objetos considerados "muito específicos", de modo similar às "histórias especiais" e em contraste à "história dos historiadores".

O problema com as rubricas aparece porque, embora as outras divisas existentes possam apelar pragmaticamente para seus recortes cronológicos e espaciais como critérios mínimos de pertença, a rubrica de "Teoria e Filosofia da História" não tem a mesma opção. Nesse caso, a indefinição semântica de que falamos antes complica enormemente a situação: sem definir "teoria da história" e, portanto, sem delimitar os objetos, questões ou temas específicos da área, não é possível estabelecer claramente os critérios de pertença e de adequação à rubrica. Com isso, no entanto, a área de "Teoria e Filosofia da História" tem se tornado algo como um depósito daqueles trabalhos cujos objetos, questões ou temas são tidos por inadequados nas outras rubricas existentes. Ela se define, então, mais negativamente – aquilo que não se encaixa nas outras rubricas – do que afirmativamente, adquirindo o caráter de uma "carta coringa" a ser preenchida conforme necessidades exógenas ou conveniências e sem preocupação com a definição de um eixo ou eixos organizadores. Jogando com a vagueza da expressão, agrega-se uma miríade de objetos e questões desconexos sob a justificativa de que seriam "problemas teóricos", em que o significado de "teórico" permanece um mistério.

CONSOLIDAÇÃO OU INCHAÇO?

Ambos os aspectos tratados anteriormente – a falta de clareza coletiva sobre o que significa "teoria da história" e a defasagem de rubricas administrativas – contribuem para a situação que vemos hoje, em que uma imensa dispersão de questões, temas e abordagens ocupa os espaços da "teoria" – mesmo que, ou talvez exatamente porque, o significado de "teoria" e "teórico" não sejam claros. Nesses casos, o procedimento mais comum tem sido simplesmente incorporar essas questões, temas e abordagens, jogando com aquela falta de clareza e, a rigor, contribuindo para um agravamento da situação. Trata-se de um processo de expansão semântica em que, a cada nova inclusão, fica ainda menos evidente qual é o eixo (ou quais são os eixos) organizador(es) da área, facilitando a próxima rodada de inclusões. Nesse cenário, a área cresce quantitativamente, mas não por consolidação – ela cresce por inchaço. Não se trata de mais pessoas envolvidas num mesmo conjunto de problemas interconectados, mas da simples agregação de cada vez mais problemas desconexos, cada qual com suas comunidades de investigadores.

Um aspecto importante do problema se torna mais saliente se consideramos provisoriamente algumas das intuições mais comuns, ainda que

vagas, sobre a área. Se entendemos por "teoria da história" um conjunto de investigações a respeito de questões conceituais relacionadas ao trabalho dos historiadores, então é verdade que muitas das inovações temáticas, conceituais e metodológicas da historiografia contemporânea estão conectadas com "questões teóricas": a história do gênero, a história "vista de baixo", os estudos sobre memória e sobre usos do passado, discussões sobre as semelhanças e diferenças entre história e literatura são apenas alguns exemplos – todos enraizados em questões conceituais fundamentais. Nesse caso, é compreensível que a "teoria da história" exerça certo papel "incubador" de novas questões e objetos, e que mantenha laços mais ou menos estreitos com as pesquisas históricas desenvolvidas a partir delas. No entanto, ainda que aceitemos tal entendimento, essa conexão não justifica, a seu turno, a permanência dessas novas fronteiras da pesquisa histórica no interior da "área de teoria". Mesmo que haja questões conceituais importantes sobre cada um desses tópicos, e muitos outros, a tratar na teoria da história, não segue daí que pesquisas históricas cujos objetos históricos específicos sejam recortados por esses conceitos sejam pesquisas "de teoria".

Toda pesquisa histórica (como, a rigor, toda pesquisa *tout court*) depende de um conjunto de pressupostos e conceitos. Entretanto, ainda que ela possa ter um componente reflexivo, isso é, ainda que considere criticamente alguns desses pressupostos e conceitos, seu objetivo, afinal, é adquirir conhecimento histórico a respeito de um objeto delimitado por eles. Assim, na pesquisa histórica, o componente reflexivo está subordinado à tarefa investigativa. Em contraste, na "teoria da história" (ainda entendida provisoriamente como investigação sobre questões conceituais), os pressupostos e esquemas conceituais *são o objeto de interesse*, e tal análise não se encontra subordinada ao seu posterior "preenchimento" pelo trabalho histórico propriamente dito – inclusive porque diversos desses pressupostos não dizem respeito à delimitação de objetos a serem empiricamente investigados, mas sim à estrutura lógica e conceitual da atividade cognitiva em si, como na filosofia da ciência em relação às ciências naturais. Daí que, embora toda pesquisa histórica tenha pressupostos teóricos, disso não segue que toda pesquisa histórica seja também uma pesquisa de teoria da história.

Há casos em que essa conexão entre questões conceituais e pesquisa histórica (ou "empírica") parece mais compreensível, mesmo considerando a precariedade das nossas intuições sobre o que significa "teoria da história". Um exemplo claro é o da história da historiografia, que, para muitos historiadores, é um tipo privilegiado de investigação em que se pode explorar questões epistemológicas relativas à disciplina e às nossas práticas de aquisição de conhecimento sobre o passado. A ideia que move tal concepção é a de uma relação circular, mas virtuosa, entre o aspecto conceitual e o seu "preenchimento" – seja trazendo à luz os pressupostos subjacentes à historiografia tal qual produzida em algum contexto específico, iluminando as condições históricas (sociais, culturais, intelectuais...) de possibilidade dessa historiografia, ou traçando a genealogia de certas concepções de história. Mesmo nas definições mais vagas de "teoria da história", essa concepção parece perfeitamente defensável enquanto uma forma possível de realizar o tal trabalho conceitual. No entanto, mesmo nesse entendimento vago, ainda que intuitivo, de "teoria da história", nem todos os conjuntos de preocupações agregados à área nas sucessivas rodadas de inclusão aludidas anteriormente seguem esse mesmo padrão.

Levando tudo isso em conta, é compreensível que Kuukkanen enxergue a "teoria da história" (em contraste à "filosofia da historiografia") como caracterizada por "uma avalanche de estudos lidando com as questões de trauma, experiência, memória, cultura visual, novas formas de escrita da história, como até o Twitter, etc." e afirme que "parte das pesquisas em teoria da história está mais próxima dos estudos culturais do que da análise filosófica" (Kuukkanen, 2018, 79). Mesmo que possamos criticar a estreiteza de uma certa concepção de filosofia vinda da tradição analítica, ainda é relevante perguntar qual é a concepção de "teoria da história" que permitiria entender as ligações entre pesquisas que vão da epistemologia da história até a sociologia das práticas políticas de rememoração, passando pelo estudo da figuração narrativa da biografia, pela análise literária de romances contemporâneos, pela história da filosofia da cultura no neokantismo e pela análise política das ferramentas e plataformas digitais. Se existe tal concepção, ela ainda não foi formulada adequadamente – e não parece óbvio que sequer seja possível formulá-la. É nesse sentido que, considerando as últimas edições do Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia (SNHH) e as listas de pontos para concursos recentes, parte significativa da expansão quantitativa que nos impele a falar de "consolidação" da área parece decorrer, na verdade, (1) de uma expansão descontrolada, movida pela falta de clareza sobre o significado da expressão "teoria da história", de modo que a área tenha passado a abarcar questões, temas e abordagens cada vez mais dispersos e (2) da ocupação dos eventos e das revistas da área por pesquisas cuja conexão com qualquer entendimento de "teoria da história" é, na melhor das hipóteses, misterioso, mas que se beneficiam do vazio semântico de que falamos.

POR QUE ISSO IMPORTA?

Nossa "atitude agostiniana" sobre a teoria da história não seria um problema tão grave se não tivesse consequências tão profundas. E a principal delas diz respeito à própria existência da rubrica nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação: se ninguém sabe o que é teoria da história, ou se é possível tratar a rubrica como uma carta coringa, em que cabe qualquer coisa, qual é a justificativa de mantê-la nas grades? O espaço das grades curriculares é finito e objeto perene de disputas em torno da carga horária dedicada a cada matéria. Nesse cenário, e considerando que é impossível discutir a função de um componente curricular sem saber qual é o seu conteúdo, dedicar horas a uma matéria cujo conteúdo é tão indefinido parece uma decisão questionável. Definir adequadamente o escopo da área é fundamental para a discussão subsequente a respeito da sua importância na formação dos alunos (ver, por ex.: Mendes; Arrais & Berbert Jr. 2023).

Outra consequência aparece logo na sequência: ainda que mantida em existência, o que justificaria a contratação de especialistas para as vagas desse setor? Dependendo do que se entende por "teoria da história", sequer faria sentido falar de "especialistas": se "teoria da história" designa um conjunto de discussões metodológicas, concernente aos conceitos que usamos para deliminar nossos objetos de pesquisa, então todo pesquisador poderia estar apto a ocupar tais vagas simplesmente em função de sua eventual "inclinação reflexiva". Por outro lado, se "teoria da história" designa o exame da estrutura lógica dos nossos esquemas conceituais e pressupostos em si, ou do desenvolvimento histórico da disciplina, por exemplo, então a necessidade de especialistas parece fazer mais sentido. É também em linha a uma tal definição que seríamos capazes de justificar adequadamente as listas de pontos dos concursos de contratação para essas vagas: serão pontos sobre conceitos que designam alguns dos objetos mais comuns das pesquisas ("poder", "cultura", "grupos sociais" etc.)? Sobre a possibilidade de conhecermos entidades, eventos e processos passados (evidência, inferência, justificação, configuração narrativa etc.)? Sobre a história da disciplina, ou sua organização social ("historicistas", "marxistas", "Annales" etc.)?

É verdade que não há nenhuma compreensão privilegiada do significado de "teoria da história", independente de outros comprometimentos conceituais, nem uma posição externa e alheia a essas diferenças a partir da qual adjudicar o problema, mas o estabelecimento de pontos mínimos de comum acordo é fundamental para o esclarecimento desse significado e, mais importante, a sobrevivência da área. Mesmo considerando o aspecto sociológico das disputas pela agenda dos debates e pelos recursos (materiais e simbólicos), esses pontos de acordo mínimo são *condição de possibilidade* da disputa, sem os quais ela sequer pode existir. Poderíamos até dizer que essa arena comum é meramente a rubrica administrativa, e que se trata de uma disputa normal pela hegemonia simbólica e pelo poder de dizer quais são as questões e objetos legítimos. No entanto, embora essa visão sociológica do processo talvez possa *explicar* a dinâmica da expansão semântica que observamos, ela apenas aponta para aquela inexistência de uma posição privilegiada a partir da qual adjudicar entre as diferentes definições. O problema central que tento capturar com essa ideia de uma "atitude agostiniana" é justamente que sequer temos clareza sobre *quais são* as definições em discussão.

Para lidar com a situação, uma alternativa poderia ser simplesmente admitir explicitamente (e talvez até defender) que "teoria da história" realmente é apenas um nome vazio a ser preenchido conforme o equilíbrio de forças, os interesses ou as necessidades do momento, ou a ser definido negativamente como todo tipo de trabalho transversal que não se encaixa nas outras rubricas. Entretanto, embora dissolva o problema, essa alternativa tem lá seus inconvenientes. Além das consequências práticas mencionadas antes, teríamos de lidar com a impossibilidade de falar de "consolidação" da área, uma vez que não haveria uma proposta ou uma comunidade a se consolidar. Também seria difícil defender a importância da produção brasileira no cenário internacional, uma vez que essa importância só poderia ser avaliada mediante à circunscrição de um conjunto de problemas comuns. Quero crer que a maioria de nós não esteja disposta a pagar esse preço.

Outra opção, e uma que me parece mais atrativa, é trabalhar a partir das definições vagas de que dispomos e dar maior nitidez aos seus contornos. Para isso, seria necessário que explicitássemos tais definições e discutíssemos suas vantagens e desvantagens, com vistas ao estabelecimento dos pontos mínimos de acordo a partir dos quais qualquer disputa entre agendas sequer possa acontecer. Seria necessário, ainda, que explicitássemos, à luz dessas definições, as razões pelas quais consideramos que tal ou qual objeto, questão, problema ou abordagem seria adequado ou inadequado para inclusão na área – nos seus programas de ensino, nos pontos dos concursos, no escopo das revistas e dos eventos etc. Essa alternativa tem a seu favor o fato de tornar muito mais fácil qualquer discussão sobre existência do setor de "teoria da história" nos departamentos, a função da disciplina na formação dos nossos alunos, a desejabilidade da contratação de especialistas da área, ou até mesmo a pertinência de certos tópicos específicos, cuja presença ou ausência nos cursos da área é constante motivo de frustração. Entretanto, ela implica que eventualmente sejamos compelidos a fazer o juízo que, hoje, temos um profundo pudor de manifestar – "isso não é teoria da história".

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABEND, Gabriel. The Meaning of "Theory". *Sociological Theory*, Washington, v. 26, n. 2, p. 173-199, 2008.

BERBERT JÚNIOR, Carlos Oiti. Teoria da História e Filosofia da História: uma análise das relações entre a epistemologia, a metodologia e o pensamento especulativo. *Dimensões*, Vitória, v. 24, p. 173-192, 2010.

BETANCOURT MARTÍNEZ, Fernando. ¿Por qué es necesaria la investigación en teoría de la historia? *Históricas*, Ciudad de México, n. 90, p. 16-21, 2011.

BRUAND, Yves. Metodologia da História, Teoria da História e História da Historiografia. *Revista de História*, São Paulo, v. 26, n. 54, p. 515-522, 1963.

CLARA, Livia Maria Orsati. *O Discurso dos Métodos na Profissionalização da História no Brasil (1950-1960)*. 2022. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

CONSTANTINO, Maria Clara R. T. Teoria da História ou Teorias da História...: a propósito do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior. *Revista de História*, São Paulo, v. 24, n. 50, p. 417-422, 1962.

CULLER, Jonathan. *Literary Theory*: A Very Short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 1997.

EAGLETON, Terry. *Literary Theory*: An Introduction – with a new preface. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Glaydson José da. *Teoria da História*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

HALVORSON, Hans. Scientific Theories. *In:* HUMPHREYS, Paul (ed.). *The Oxford Handbook of Philosophy of Science*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 585-608.

IEGELSKI, Francine; SCHITTINO, Renata (orgs.). *Teoria da História Hoje*: historiografia e sentido histórico. São Paulo: Usina Editorial, 2023.

KRAUSE, Monika. The meanings of theorizing. *The British Journal of Sociology*, London, v. 67, n. 1, p. 23-29, 2016.

KUUKKANEN, Jouni-Matti. The Future of Philosophy of Historiography: Reviving or Reinventing? *In:* BRZECHCZYN, Krzysztof (ed.). *Towards a Revival of Analytical Philosophy of History*: Around Paul A. Roth's Vision of Historical Sciences. Leiden: Brill-Rodopi, 2018, p. 73-94.

LONRENZ, Chris. History and Theory. In: SCHNEIDER, Axel; WOOLF, Daniel (eds.). *The Oxford History of Historical Writing, Volume 5*: Historical Writing Since 1945. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 13-35.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. Veritas Filia Temporis? O Conhecimento Histórico e a Distinção entre Filosofia e Teoria da História. *Síntese*, Belo Horizonte, v. 36, n. 114, p. 5-25, 2009.

MENDES, Breno; ARRAIS, Cristiano Alencar; BERBERT JÚNIOR, Carlos Oiti. O Lugar da Teoria da História na Formação de Historiadores e Historiadoras no Ensino Superior. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 39, n. 79, [s.p.], 2023.

OHARA, João. Teoria da História: epistemologia, metodologia, teoria social...? *In:* RANGEL, Marcelo de Mello; LEITE, Augusto Bruno de Carvalho Dias (orgs.). *História & Filosofia*: Problemas Ético-Políticos. Vitória: Editora Milfontes, 2020, p. 35-44.

OHARA, João. *The Theory and Philosophy of History*: Global Variations. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Teoria da História*. São Paulo: Editora Cultrix, 1976.

SIMON, Zoltán Boldizsár. Do Theorists of History Have a Theory of History? Reflections on a Non-Discipline. *História da Historiografia*. Ouro Preto, v. 12, n. 29, p. 53-68, 2019.

VAN DEN AKKER, Chiel (ed.). *The Routledge Companion to Historical Theory*. London: Routledge, 2022.

NOSSA ATITUDE AGOSTINIANA SOBRE TEORIA DA HISTÓRIA
Ensaio recebido em 23/03/26 • Aceito em 30/06/26
DOI | 10.5216/rth.v29i1.85992
Revista de Teoria da História | issn 2175-5892

Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado